# A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PAPEL SOCIALIZADOR NA REALIDADE DO SURDO NO BRASIL

Ibrahim Martins Alves[1]

Antônio da Silva Menezes Junior[2]

**GT6 – Diversidade, Inclusão e Educação Especial**

**Resumo**

Este artigo tem por finalidade estabelecer uma relação sociológica entre a educação inclusiva e a manutenção e disseminação da Cultura Surda. Como subsídio ao assunto tratado, tomam-se trechos dos trabalhos do sociólogo Émile Durkheim, entre outros de igual relevância, de vários estudiosos da cultura surda e intelectuais surdos. Algumas teorias foram oportunamente colocadas para dar embasamento teórico ao discurso sobre educação inclusiva. A construção do artigo vislumbra áreas da Sociologia no âmbito cultural, associando-as à construção da identidade surda na realidade atual da educação inclusiva no Brasil, adentrando em outras vertentes educacionais alternativas, como a escola bilíngüe.

**Palavras-chave**: Cultura surda. Identidade surda. Educação inclusiva. Surdez. Escola Bilíngue.

**Abstract**

This article aims to establish a sociological relationship between including education and the maintenance and dissemination of Deaf Culture. As a subsidy to the subject matter becomes excerpts of sociologist Emile Durkheim's work, among other sociologists of equal relevance of various scholars of Deaf culture, Deaf intellectuals. Some theories of Vygotsky are opportunely placed to theoretical background to discourse about inclusive education. The construction of Article envisions areas of sociology in the cultural associating the construction of deaf identity within the current reality of inclusive education in Brazil entering the alternative educational items such as the bilingual school**.**

**Keywords:** Deaf culture. Deaf identity. Inclusive education. Deafness. Bilingual school.

## 1 Introdução

[1] Ibrahim MARTINS ALVES, Mestrando em Educação. E-mail: jabadehant@yahoo.com.br.

[2] Antônio da Silva MENEZES JUNIOR, Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. E-mail: a.menezes.junior@uol.com.br

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

O presente artigo tem por objetivo, no campo sociológico, mostrar as implicações da educação inclusiva no contexto da surdez, mas não como uma deficiência física, e sim como uma característica de uma minoria organizada que manifesta língua, escrita e comportamento, elementos que convergem para as características de uma cultura.

Nesse complexo tema, que abrange campos de estudos desde a área biológica, definindo o surdo em um contexto clínico, como portador de uma deficiência auditiva, definida clinicamente em vários níveis de comprometimento da audição, ao campo das ciências humanas, no viés psicológico e sociológico. Neste trabalho, se foca apenas no aspecto sociológico sem, contudo, ignorar a importância das outras áreas de estudo e sua consequente importância para o entendimento do universo da surdez.

Este artigo foi construído a partir de um levantamento bibliográfico e exploratório que procurou discutir sobre a função sociológica da escola inclusiva para os surdos, que é também o seu foco temático.

Foi realizado um minucioso estudo dos textos separados para a elaboração deste trabalho, que permitirá ao leitor uma excelente compreensão e um caminhar por diferentes referenciais. Isso induzirá o indivíduo a um aprofundamento do assunto abordado, levando-o a múltiplos entendimentos, olhares diferenciados e uma visão geral do assunto mais aguçada.

O levantamento de bibliografia é um método que requer um tratamento científico cuidadoso e se constrói em um caminho exploratório acima de verdades obscuras. Além disso, se realiza um levantamento de dados por meio de variadas fontes de pesquisa. Os processos pelos quais se podem obter os dados, são através de documentos diretos ou indiretos. Nesta pesquisa, não foi feita uma pesquisa de campo, atentando somente para a pesquisa indireta ou para os dados secundários.

Primeiramente, foi feita uma seleção de artigos contendo o tema abordado e, em seguida, realizou-se um estudo criterioso, com o objetivo de separar os que se encaixavam aos filtros de seleção. Em outro momento, o material bibliográfico foi separado em ordem de semelhança com as variáveis e deles foram moldados os tópicos que possibilitaram os argumentos deste artigo. Por fim, a construção textual do material exposto.

É inegável que o objeto de estudo aqui trabalhado é de fato muito recente. Estamos falando de pouco mais de vinte anos, iniciados a partir da Declaração de Salamanca, em 1994.

No Brasil, principiou-se a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). É válido dizer que a história da educação direcionada para surdos é bem mais antiga e o acervo de dados é centenário, mas não é nosso foco a trajetória histórica da educação dos surdos, o que seria de relativa relevância para o contexto da educação inclusiva no Brasil abordado neste artigo.

Entretanto, em torno da educação inclusiva no Brasil, o artigo toma corpo sociológico no arcabouço da surdez como identidade, procurando entender até que ponto esse tipo de educação atende a essa demanda crescente. Diante do que foi dito, torna-se pertinente conceituar a palavra cultura. Segundo Kalina e Silva (2006), é um dos principais conceitos das ciências humanas, a ponto de a Antropologia se constituir como ciência quase somente em torno desse conceito.

Assim, coloca-se em pauta até que ponto a educação inclusiva atende as necessidades da comunidade surda como suporte cultural.

Temos, então, uma cultura surda dentro de uma educação ainda em estágio embrionário: a educação inclusiva. Ao se fazer uma pequena análise dessa modalidade de educação, ainda que partindo do senso comum, podemos observar professores despreparados, recursos materiais insuficientes e déficit estrutural evidente. Fica bem claro que a educação inclusiva, dentro dos adjetivos a ela atribuídos, não seria, em hipótese alguma, uma alternativa a ser oferecida para qualquer educando, independentemente de suas necessidades especiais. Cabe aqui mencionar Libâneo (2012), para quem a escola pública tem um papel mais acolhedor do que o de conhecimento. O mesmo acontece quando se fala de escola inclusiva e de seu público-alvo.

Neste artigo, não se pretende defender a escola especializada como opção ao caos, e sim apontar a importância das escolas bilíngues na comunidade surda como garantidora da cultura surda, embora tais escolas possam ser apontadas como segregadoras e não colaborativas em relação a minimizar as diferenças ou exercer a tolerância e o respeito à diversidade. Discute-se aqui, portanto, a preservação de uma cultura através da educação, a mesma bandeira defendida por povos indígenas, quilombolas e outras minorias que acabam sucumbindo a coerção da cultura dominante.

Do ponto de vista sociológico, Émile Durkheim (2007, p. 3-4) afirma: “Eis portanto

uma ordem de fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele."

Não podemos ignorar, contudo, o papel principal da escola, que é o de educar. A educação se faz pela língua, pelos símbolos, pelos sinais, enfim, pela comunicação. Até aqui, em nenhum momento se mencionou a Língua brasileira de Sinais (Libras). É inegável que a barreira linguística é um fator limitador na aprendizagem, embora seja garantida, por Lei, a presença de um intérprete para acompanhar o aluno surdo. Regulam a educação de surdos o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras) e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2005).

A escola inclusiva, em sua essência e nos mais modernos conceitos sociológicos, apresenta uma perspectiva de igualdade, tolerância e respeito às diferenças, segundo a Declaração de Salamanca, de 1994.

O ponto crucial da educação inclusiva no Brasil está basicamente em sua capacidade de educar. Retomamos Émile Durkheim novamente em sua afirmação sobre a educação como um processo de transmissão da cultura de uma geração, ocasião em que ocorre um embate. O sujeito surdo, sua identidade e sua afirmação cultural estariam então comprometidas.

Entretanto, não cabe a este artigo defender modalidades educacionais alternativas em detrimento da importância social das escolas inclusivas. É válido lembrar o objeto aqui estudado: a relação entre essas escolas e a afirmação da comunidade surda como cultura, a cultura surda. Desse modo, questiona-se até que ponto essas escolas colaboram para a construção da identidade surda e desenvolvem seu papel mais importante, que é o de educar. Não se ignora o teor dinâmico no qual uma cultura se constitui e a participação de terceiros, de outras comunidades, na construção cultural, reafirmando o seu contexto dinâmico.

## 2 Levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico realizado tem por objetivo promover a reflexão a respeito da escola inclusiva para a comunidade surda. O surdo aqui retratado é entendido de

acordo com o Decreto nº 5.626, de 22 dezembro de 2005, que, no artigo 1º, o define como " aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras." (BRASIL, 2005).

A partir disso, é conveniente mencionar o conceito atribuído à palavra surdez. Lima e Vieira (2006, p. 52-53) conceituam a surdez como sendo:

> [...] a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido. [...] Simplificando bastante, podemos dizer que recebemos as informações, difundidas pelo canal auditivo, por meio das palavras, e assim aprendemos a falar. A pessoa surda não recebe essas e outras informações auditivas da mesma forma que a maioria.

As bibliografias aqui apresentadas mostram o surdo em um contexto sociológico que vai além de uma deficiência física, transcendendo uma cultura própria claramente reivindicada por uma expressiva parcela dessa comunidade. No decorrer deste trabalho, podem-se observar falas de importantes personalidades de alto nível cultural que representam, ou melhor, integram essa comunidade. Temos nesse trânsito, a Escola inclusiva – que tem uma função de socializar e integrar, segundo o Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial (2004) – e a escola bilíngue, que garante a preservação cultural de uma comunidade caracterizada não por sua luta pelo reconhecimento, mas exatamente por sua diferença (KARNOPP; KLEIN; LUNARDI-LAZZARIN, 2011).

"É de conhecimento que dentro de uma comunidade social não existe apenas uma identidade singular" (PERLIN, 1998, p. 53). Como somos diferentes, esse processo constitui-se como sendo dinâmico, pois, à medida que o sujeito vai se estruturando em seu grupo, também assume ou rejeita algumas características impostas pelo sistema a que pertence. "Mas, o interessante disso tudo é que a identidade está sempre em processo de formação ou transformação" (PERLIN ,1998, p. 53).

Ao fim se tem, em uma educação inclusiva, o objetivo de promover uma educação para todas as pessoas, isso independente das necessidades especiais que elas possuem. Acredita-se que a escola é um espaço da sociedade onde se deve aprender a viver com as diferenças, como especificado na Declaração de Salamanca, em 1994.

A Lei nº 9.394/1996 afirma que todas as crianças portadoras de necessidades educativas especiais devem ser aceitas nas escolas regulares (BRASIL, 1996). Tem-se, então, nesse contexto, uma comunidade de indivíduos que não se caracterizam como deficientes físicos, mas como diferentes culturalmente e como pessoas que lutam pela preservação dessa cultura. Para Karnopp, Klein e Lunardi-Lazzarin (2011), o povo surdo tem uma identidade e uma cultura própria, que vem se construindo ao longo de gerações, assim como a língua de sinais.

De acordo com Durkheim (1967), a educação tem por finalidade transmitir e dar continuidade à cultura de um grupo social, garantindo a sua sobrevivência. A partir desse argumento, a educação inclusiva para o surdo que luta por sua identidade cultural teria uma conotação contraditória.

O movimento que atualmente ocorre na comunidade surda trata exatamente de uma educação adequada, que garanta a preservação e a disseminação da cultura surda na própria comunidade surda.

Com a inserção do surdo no contexto cultural, afastando-o do estigma de deficiente físico, fica evidente a complexidade de se falar em escola inclusiva, negando alternativas abraçadas pela própria comunidade surda.

> Os surdos que vivem sob o comando de uma ideologia ouvinista latente, normalmente possuem uma identidade surda incompleta. Unem-se aos ouvintes para socializar os demais surdos, de modo que sejam iguais à cultura hegemônica. (SANTOS, 2009, p. 19).

Para Skliar (1998), as crianças surdas têm uma facilidade natural de desenvolver-se na língua de sinais. Comunicar-se e construir conhecimento em Libras, para a criança surda, é igual a se comunicar e construir conhecimentos em português para as crianças ouvintes. Assim, convém entender que as pessoas surdas:

> [...] têm o direito de se desenvolverem numa comunidade de pares, e de construírem estratégias de identificação no marco de um processo sócio histórico não fragmentado, nem cercado. Mas, não estou simplesmente mencionando o processo individual ou a individualização de identificações, como se elas fossem homogêneas, estáveis, fixas, como se a identificação entre os surdos ocorresse de forma inevitável, uma vez que a 'surdez os identifica'. Refiro-me, sim, a uma política de identidades surdas, onde questões ligadas à raça, à etnia, ao gênero, etc.,

> sejam também entendidas como "identidades surdas"; identidades que são, necessariamente, híbridas e estão em constante processo de transição. (SKLIAR, 1998, p. 27).

Soares e Lacerda (2004, p. 129), em sua pesquisa sobre a inclusão de criança surda na escola regular, afirmam que: "O modo como a escola está organizada pedagogicamente não leva em conta a surdez e sua complexidade, não atendendo, assim, às necessidades dos surdos."

Esses autores comentam sobre a importância de se considerar a língua materna do sujeito surdo, a Libras. Eles mostram falhas na educação inclusiva, que pretende incluir o surdo no meio dos ouvintes, e chegaram à seguinte conclusão:

> A inclusão almejada acaba ficando somente nos desejos da escola/professora, porque há uma organização que implícita ou explícitamente valoriza o ouvir, o ser ouvinte, isso acaba aparecendo e marcando as relações, revelando uma práxis pouco ou nada inclusiva. Nesse constante jogo, constrói identidades que se sucedem e se antagonizam, indicando os efeitos desse ambiente em sua constituição. (SOARES; LACERDA, 2004, p. 141).

Isso implica que a escola precisa entender a questão cultural no contexto sociológico. É óbvio que quando se fala, neste artigo, sobre "cultura", referimo-nos à "cultura surda".

> [...] os processos identificatórios da criança surda, então, começam na interação com outros surdos: neste relacionamento, a criança surda pode não apenas adquirir de modo natural a língua de sinais, mas também pode assumir padrões de conduta e valores da cultura e da comunidade surda. Tendo essa possibilidade a criança surda pode absorver não o modelo que a sociedade ouvinte tem para os surdos, mas o que os surdos têm a respeito de si mesmos (este é o principal benefício da experiência comunitária da surdez através da vida escolar precoce: a possibilidade de construção de sua identidade). (SÁ, 2002, p. 103).

Sá reconhece a viabilidade e que é desejável optar pela criação de escolas específicas para a comunidade surda, na medida em que isso a elas interessem, para atender ao preceito institucional segundo o qual participar de um processo educacional é um direito ao qual devem ter acesso todas as pessoas. Ademais, é preciso preservar sua cultura, como a de qualquer outra cultura dentro do próprio País, tais como a cultura quilombola, indígena e outras representadas pelas minorias.

Conforme Reily (2004), a cultura de um grupo social é constituída como resultado da vivencia coletiva e cotidiana de gerações anteriores. Trata-se de um sistema de conhecimento e, por isso, é permeada e constituída pela linguagem.

> A linguagem integra e constitui a cultura de qualquer sociedade. A língua tem forte papel na constituição da identidade de uma sociedade, e a escrita da língua, por sua vez, promove a formação da memória cultural. Da mesma maneira, vivendo em sociedade, a linguagem se faz vital e se consolida nas interações tanto orais quanto gráficas. Se um indivíduo não se apropriar da linguagem vigente, ele terá participação muito passiva na vida, preso sempre às necessidades básicas do viver cotidiano. (REILY, 2004, p. 15).

Na escola dita inclusiva há uma desvalorização da língua de sinais, reduzindo-a a um mero veículo de transporte de informação, não inserindo, dessa forma, o surdo ao mundo educativo, limitando-o a ser um mero receptor de informações. Já que a interação do grupo é limitada pela barreira linguística, o termo inclusão está mais focado na inserção dessa minoria no ambiente escolar, promovendo e fomentando a igualdade e a tolerância e, ao mesmo tempo, desconstruindo preconceitos e discriminação. Nesse contexto, a escola inclusiva se firma como inclusiva, mas peca enquanto escola.

Segundo Candau, (2012) Encarar a surdez não como deficiência, mas como uma fonte de convergência cultural, traz desafios à educação e coloca a educação inclusiva, nos moldes atuais, em uma posição desconfortável diante da comunidade surda. Nesse contexto de tensões, conflitos, negociações e diálogos torna-se evidente a expressa necessidade de mudanças no âmbito educacional.

Diante do já expresso, não temos a surdez no âmbito sociológico como deficiência, mas como característica no sentido socioantropológico. Isso acende mais a discussão a respeito da escola inclusiva e de sua validade para a comunidade surda. Ao retomar Vygotsky (1988), entende-se a linguagem como essencial ao ser humano para o estabelecimento de vários tipos de relações, para a expressão dos pensamentos e a constituição da subjetividade e, ainda, faz-se uma relação entre desenvolvimento e aprendizagem, concluindo que a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento. Daí a importância da Libras como primeira língua para o surdo. Skliar (1998).

A cultura, a linguagem e o diálogo são fatores essenciais para o desenvolvimento do

indivíduo e é justamente esta a área comprometida no surdo. A conclusão é que as consequências da surdez ultrapassam as dificuldades comunicativas e atingem todas as áreas do desenvolvimento quando o posto por Skliar é negligenciado.

## 3 Conclusão

O artigo apresenta, dentro de uma concepção sociológica funcionalista, um breve levantamento sobre a construção da cultura surda, fazendo um paralelo entre a política da escola inclusiva e os anseios da comunidade surda em se reafirmar como cultura, mas considerando, no decorrer do trabalho, a posição educadora da instituição educacional. A partir de um levantamento bibliográfico pertinente, o trabalho oferece subsídios para uma correlação entre a função socializadora e educadora da escola e o posicionamento da escola inclusiva nesse contexto, sempre atentando ao público-alvo, nesse caso, os surdos. Em momentos oportunos, o texto busca experiências retratadas em outros trabalhos de alguns membros da comunidade surda para dar sustentação ao conteúdo apresentado. É válido lembrar que a comunidade surda é representada pelos próprios surdos e por familiares, estudiosos e simpatizantes, que compartilham a mesma consciência e as mesmas experiências.

Com uma expressiva representatividade no País, fica óbvia e inegável a pressão que esses grupos sofrem e ao mesmo tempo fazem, no âmbito político e social, para se reafirmarem como cultura.

No entanto, há uma fragilidade da educação inclusiva como apresentada atualmente, e não em sua essência. A negligência ocorre com a minoria quando se foca o processo educacional como parte socializadora. Diferente das demais deficiências físicas e limitações, a surdez se define progressivamente como característica, como uma peculiaridade cultural, o que torna muito mais complexa a inserção do surdo em uma educação inclusiva. Evidencia-se, aqui, que nem todos partilham dessa consciência, pois o processo educacional atual é vicioso, o que dificulta a formação de intelectuais surdos, deixando sua identidade e história nas mãos de ouvintes que, mesmo partilhando a mesma causa, não conhecem, em sua essência, as

particularidades da cultura surda. Assim, uma educação eficiente permearia a formação de mais pesquisadores surdos que, por sua vez, deixariam mais denso o universo dessa cultura. É nesse contexto que as escolas bilíngues, tão defendidas por essas comunidades, estariam inseridas, reafirmando a identidade de toda uma comunidade.

**Referências**

BOTO, C. *Educ. Soc*., Campinas, vol.24, n.84, p. 735 -762, setembro 2003

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.* Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Estabele as diretrizes e bases da educação regular. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.* Dispõe sobre a Língua brasileira de Sinais – Libras e dá outras Providências. Brasília, 2002.

CANDAU, V. M. *Didática crítica intercultural:* aproximações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *Multiculturalismo:* diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

COUTINHO, J. M. Por uma educação multicultural: uma alternativa de cidadania para o século XXI. **Ensaio – avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro: Fundação CESGRANRIO, v. 4, n. 13, 1996.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

GOMES, C. B. T. Ecos da modernidade na lei máxima da Educação Brasileira: uma interlocução com Émile Durkheim. *Filosofia e Educação*, v. 3, n. 1, p. 352-371, 2011.

KALINA, V. S.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos.* São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

KARNOPP, L.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. (Org.). *Cultura surda na contemporaneidade:* negociações, intercorrências e provocações. Canoas: Editora da ULBRA, 2011.

LIBANÊO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa – Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo,* v. 38, n. 1, p. 13-28, mar. 2012.

LIMA, P. A.; VIEIRA, T. *Surdos:* a(s) linguagem(ns) como sistemas de representação e organização mental. São Paulo: Avercamp, 2006.

PEDRINELLI, V. J.; VERENGUER, R. C. G. Educação física adaptada: introdução ao universo de possibilidades. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (Org.). *Atividade física adaptada:* qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 2. ed. Barueri: Manole, 2008. p. 1-27.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez:* um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

REILY, Lúcia. A língua de sinais na escola inclusiva. In: RELY, Lúcia. **Escola inclusiva:** linguagem e mediação. São Paulo, SP: Papirus, 2004.

SÁ, N. R. L. *Cultura, poder e educação de surdos.* Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SANTOS, ES. Comunidade surda: a questão das suas identidades. In: DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 14-25.

SILVA, A. B. P.; PEREIRA, M. C. C. O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, Brasília, v. 19, nº 2, 2003. Disponível em: http://www..scielo.br/pdf/ptp/v19n2/10v19n2.pdf. Acesso em: 17 jul. 16.

SKLIAR, C. (Org.). *A surdez:* um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998.

SOARES, F. M. R.; LACERDA, C. B. F. O aluno surdo em escola regular: um estudo de caso sobre a construção da identidade. In: GOES, M. C. R; LAPLANE, A. L. F. **Políticas e práticas de educação inclusiva.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

VYGOTSKY, L. S. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.* São Paulo: Ícone, 1988.